

## RESUMO

Na Amazônia Tocantina os Territórios Tradicionais vêm sofrendo com o avanço de Projetos Portuários Privados transnacionais que omitem as relações socioespaciais constituídas para se instalarem nesses Territórios. Esta pesquisa buscou evidenciar as representações e relações socioecológicas constituídas pelos agentes sociais do Território Ribeirinho Agroextrativista da Ilha Xingu, em Abaetetuba, Pará. Os métodos adotados foram a pesquisa etnográfica a partir da escuta atenta, observação participante e construção de mapas da espacialidade dos Ribeirinhos Agroextrativistas com uso de diferentes recursos visuais da paisagem local e análise documental. Os resultados apresentam a produção de informações e elaboração de representações, a diversidade de conhecimentos e práticas constituídos na dinâmica da vida dos ribeirinhos em acoplamento com o sistema ecológico e as relações culturais que os envolvem. Esses vínculos socioecológicos e políticos são visualizados com a produção de mapas a partir de uma cartografia participativa, concatenando instrumentos tecnológicos e visuais das relações de convivência do pesquisador com esses povos, onde tais representações permitiram identificar um emaranhado de saberes do contexto de ribeirinhos agroextrativistas que transcendem a função de caracterização geográfica, e incorporam os bens comuns das águas e das florestas, as técnicas da pesca artesanal, a construção de moradias e artefatos com bens ecológicos locais, os ciclos socioecológicos, a visão política, econômica e ecológica do território constituídos nas relações seculares de convivência. Estes resultados possuem significativa relevância tanto acadêmica quanto social, pois visibiliza relações socioecológicas seculares, reconhece as epistemologias embricadas nos modos de vida ribeirinhos agroextrativistas e fornece às instituições que auxiliam na permanência desses povos em seus territórios, instrumentos para sua conservação e defesa.

Palavras-chave: Amazônia, Ilha Xingu, Ribeirinhos Agroextrativistas.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

Na região do Baixo Tocantins, nordeste paraense, estão situadas as comunidades tradicionais de ribeirinhos que secularmente realizam suas vivências neste território<sup>2</sup>. Essas comunidades apresentam uma diversidade de bens comuns, entretanto, essa riqueza não é reconhecida pelo Estado nem por outros agentes do desenvolvimento.

As políticas estatais que poderiam contribuir se orientam pela economia neoclássica e pelo discurso desenvolvimentista que direciona o investimento público para políticas de investimentos na cadeia produtiva de recursos agroalimentares (dendê, soja e milho) fortalecendo o capital privado e com produção em larga escala, na construção de portos para exportação de minério e do agronegócio (neoextrativismos). Segundo Almeida (2016) tanto a crítica da economia política marxista feita por Rosa Luxemburg quanto a crítica da economia neoclássica, feita Georgescu-Roegen, inspirada na termodinâmica, concluem que o desenvolvimento entrópico ou acumulação de capital, alimenta-se inevitavelmente da destruição da diversidade natural, social e da riqueza metafísica, seu planejamento exclui os habitantes da tomada de decisão, mesmo sendo os atingidos por seus efeitos.

Esse modelo de economia proposto pelo Estado tem implicado em inúmeras consequências para as comunidades tradicionais, principalmente em relação a desvalorização dos modos de vida dos agroextrativistas, dos bens da sociobiodiversidade e o surgimento de conflitos territoriais com empresas mineradoras, portuárias e transportadoras.

Diante desse contexto, esta pesquisa foi realizada na Ilha Xingu, instituída nos anos 2000 como um dos 24 Assentamentos Agroextrativistas tradicionais no município de Abaetetuba. Esta comunidade encontra-se no extremo norte da área conhecida como “região das Ilhas”, situada na confluência dos rios Tocantins e rio Pará, no estuário do rio Amazonas. A leste da Ilha Xingu, no limite do município de Barcarena com Abaetetuba, localiza-se o complexo Hidro-Alunorte e portos para transporte de minérios, grãos e gado, a nordeste localiza-se o TUP (Terminal de Uso Privado) da Louis Dreyfus Company (LDC) para transporte de carne e grãos no Malato, região litorânea da Ilha do marajó. Na Ilha Xingu, Assentamento PAE Santo Afonso, está em andamento um processo de posse indevida de terras (segundo denúncia local) pelas empresas Cargill Ltda e sua subsidiária Bricks Logística, iniciado em 2015, este último

---

<sup>2</sup> Parte dos dados apresentados neste artigo, resulta de pesquisa empreendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais – PPGPCTs/UnB, para a elaboração de dissertação de mestrado do primeiro autor.

faz parte do projeto Arco Norte de iniciativa pública e privada. Esta superposição de empreendimentos desenvolvimentistas em Comunidades Tradicionais configura uma série de crimes tanto ambientais quanto sociais que implicam em danos e riscos ambientais, transformando estas comunidades em zonas de sacrifício<sup>3</sup>.

Há um olhar de desvalorização nos estudos realizados para licenciamento ambiental que desconsideram a perspectiva das comunidades e seus conhecimentos do território socialmente vivido. Portanto, este estudo pretende evidenciar as representações e relações socioecológicas constituídas pelos agentes sociais do Território Ribeirinho Agroextrativista da Ilha Xingu, em Abaetetuba, Pará.

### **Visões de mundo sobre a identidade agroextrativista**

As práticas e relações das comunidades das Ilhas de Abaetetuba constituem relações complexas com a natureza, pois produzem conhecimentos, valores, crenças, costumes e adaptações a um ecossistema biodiverso. Para entender, reconhecer e valorizar esse mútuo acoplamento é necessário olhar as inter-relações que estão envolvidas, essa articulação da diversidade biológica com a diversidade cultural tem sido entendida tanto por políticas sociais como por movimentos socioambientais como sociobiodiversidade.

Diegues (2012) aponta que a academia constituía uma separação muito forte entre ciências da sociedade e ciências da natureza, entretanto, o conceito de sociobiodiversidade busca unir tanto essas áreas do conhecimento como as práticas culturais para se entender como se identifica essa relação e como o reconhecimento pode ser transformado em políticas públicas e mudar práticas governamentais.

A origem do conceito de sociobiodiversidade parte do socioambientalismo, movimento social e acadêmico com repercussão na esfera jurídica, que a partir da Constituição Federal, em 1988, e da Convenção da Diversidade Biológica, em 1992, fortaleceu os direitos socioambientais, inserindo os povos e populações tradicionais como atores políticos no cenário da construção das políticas públicas brasileiras (Coelho de Souza 2012, p.12-13).

Portanto, para este estudo, a sociobiodiversidade é entendida como um modo de acoplamento estrutural entre grupo social e biodiversidade. O acoplamento estrutural é

---

<sup>3</sup> Conceito criado pelo Movimento de Justiça Ambiental para designar locais em que projetos de desenvolvimento produzem crimes ambientais, sociais e perda de direitos das comunidades afetadas.

uma interação e transformação mútua contínua entre um determinado sistema e seu ambiente de modo que o sistema e seu ambiente mudam juntos (Maturana, 2014).

O compartilhamento de bens comuns é uma das expressões específicas da sociobiodiversidade. Trata-se de uma relação de um grupo social com seu ambiente ecológico organizado por instituições que orientam o uso e manejo dos bens coletivos (Ostrom, 1990). As instituições são as regras criadas pela coletividade para compartilhar os bens comuns (Ostrom, 2005). Quando criadas e aceitas pela coletividade estas regras permitem que os bens comuns sejam conservados indefinidamente (Ostrom, 1990). Os bens comuns são todos os bens ecológicos compartilhados pela coletividade, sendo chamado por Ostrom (1990) de bens de uso comum (common pool resources – CPRs). Os estudos de Ostrom (1990) mostraram que os grupos sociais são capazes de criar suas próprias instituições e conservar os bens comuns que sustentam a existência da coletividade.

Na Amazônia há uma presença marcante da institucionalidade do compartilhamento de bens comuns. De acordo com Fernandes e Costa (2016) esta institucionalidade orienta o manejo de bens ecológicos dos camponeses agroextrativistas que representa a trajetória tecnológica que melhor concilia a produção econômica com a conservação ecológica na Amazônia. Mesmo com esta presença marcante, observa-se que a institucionalidade comunal é desconsiderada na construção das políticas públicas regionais e experimenta uma situação de invisibilidade diante do Estado. Além disso, a institucionalidade comunal é vista nesta região como um empecilho para o desenvolvimento (Leroy, 2016). Por isso, os modos de vida comum das comunidades tendem a ser desconsiderados nos processos de tomada de decisão.

Nesse contexto há a necessidade de valorização dos modos de vida baseados no compartilhamento de bens comuns dos agroextrativistas diante da situação de invisibilidade regional e desconsideração nos processos de tomada de decisão.

### **Percurso da pesquisa**

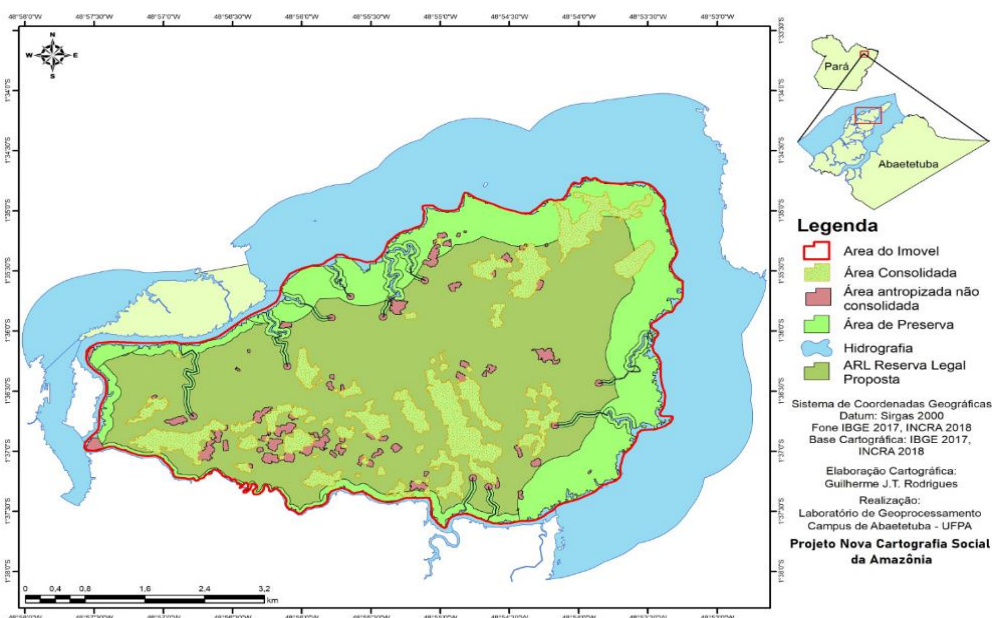
A Ilha Xingu, local escolhido para realização desta pesquisa, está situada nas coordenadas S 1°36'12.2" W 48°55'08.8", localizada no arquipélago do município de Abaetetuba (distante 60 km de Belém, capital do Estado do Pará), região costeira e de várzea com influenciada maré, banhada pelos rios Amazonas e rio Tocantins que são rios que atravessam mais de um Estado brasileiro, pertence à Mesorregião do Nordeste

Paraense e à microrregião de Cametá no Estado do Pará. A Ilha Xingu, Assentamento PAE Santo Afonso foi escolhida como local para realização desta pesquisa devido: (i) o PAE Santo Afonso apresentar relações diversas com o território; (ii) neste assentamento está em andamento um processo indevido de cooptação de parte do território comunal da Ilha Xingu para privatização com a proposta de construção de um Terminal de Uso Privado (TUP) pela empresa Cargill.

A Ilha Xingu possui uma população de 357 famílias, aproximadamente 1785 habitantes. Ela está localizada no município de Abaetetuba que possui uma população estimada de 158.188 habitantes distribuídos nas áreas rurais (várzea e terra firme) e urbanas (IBGE, 2022). A Ilha Xingu é uma das 75 ilhas do arquipélago de Abaetetuba compostas por rios, furos, igarapés, lagos, baías e diversos micro biomas.

Na Ilha Xingu, assim como nas outras Ilhas de Abaetetuba existe um sistema de referência construído historicamente pelos moradores e outro construído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As populações tradicionais entendem que as comunidades são identificadas como aquelas que vivem ao longo de rios, igarapés e baías. Esse sistema de divisão do território foi amplamente fortalecido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a partir da década de 70.

Figura 01: mapa de localização da área de estudo.

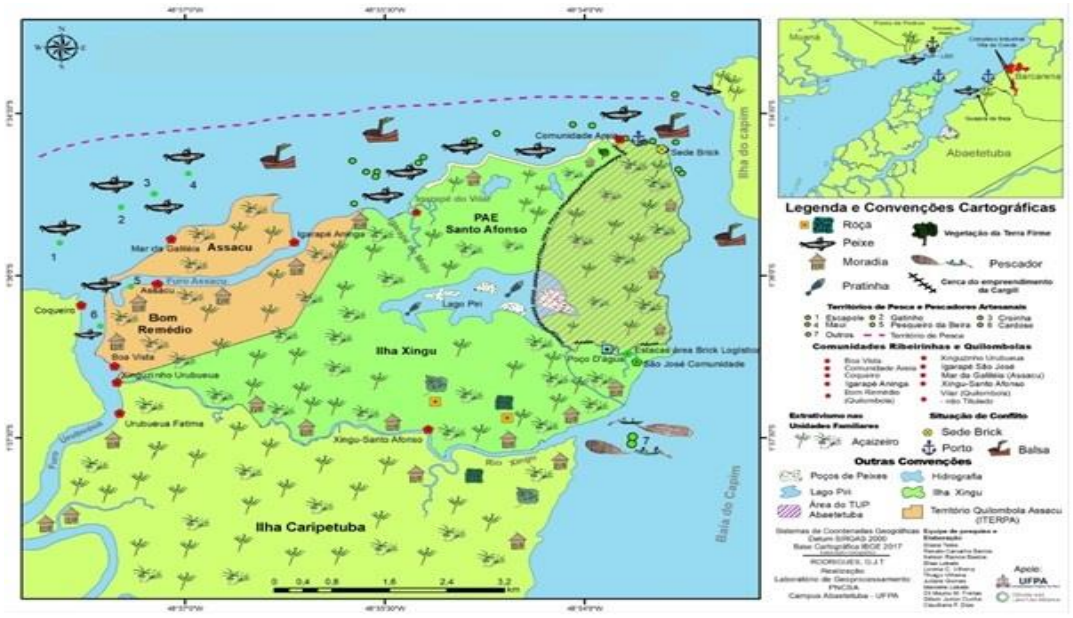


Fonte: Nova cartografia social (2019).

O sistema de referência definido pelo INCRA considera apenas as áreas contínuas de terra seca, separando os lados de um rio em comunidades distintas. Esse sistema reúne regiões contínuas de terra e separa ou divide os grupos sociais historicamente organizados de uma comunidade ao longo do rio. O objetivo desse

ordenamento era regularizar essas áreas como Assentamentos Tradicionais de Reforma Agrária, isso teve importância para o acesso às políticas públicas, mas modificou a forma como era organizada a paisagem. A consequência foi um lado do Rio Xingu se tornar Ilha Caripetuba ou PAE Nossa Senhora de Nazaré e o outro lado Ilha Xingu PAE Santo Afonso, além disso a maior parte do território não foi reconhecida como Assentamento por ser área de mar (território pesqueiro) formada por furos, rios e baías. A Ilha Xingu é delimitada territorialmente como Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e território quilombola.

Figura 02 :Território Quilombola Bom Remédio na Ilha Xingu e Ilha Assacu em cor laranja.



Fonte: Cartografia da Cartografia Social (2019)

O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) denominado Santo Afonso foi criado pela portaria nº 37, de 28 de novembro de 2005 INCRA SR1- Belém, com área de 2.705,6259 Ha, (dois mil setecentos e cinco hectares, sessenta e dois ares e cinquenta e nove centiares), sendo de terra firme 1.556 Ha, várzea 1094 Ha e lagos 54,7 ha de uso coletivo em nome da Associação do PAE Santo Afonso no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio.

Para realização da pesquisa, combinamos procedimentos da pesquisa etnográfica e procedimentos da pesquisa ação. Neste sentido adotamos o método etnográfico assim como proposto por Oliveira (2000) o qual identifica os princípios de olhar, ouvir e escrever como norteadores da pesquisa etnográfica capazes de apreender fenômenos sociais. Sato e Souza (2001), apontam que a abordagem etnográfica tem se mostrado importante instrumental no sentido de compreender como as pessoas coletivamente

constroem e dinamizam processos sociais, como a subjetividade se expressa, como atribuem significado às situações sociais que ganharam uma organização formalmente constituída.

Empregamos ainda os procedimentos da pesquisa ação proposto por Baldisserra (2001), como um tipo de pesquisa com engajamento sócio-política ou de atuação técnico-organizativa e que se insere na concepção de educação libertadora, utiliza-se de técnicas de coleta e interpretação dos dados, de intervenção na solução de problemas e organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva.

Neste sentido, foram produzidos dados classificados tanto como primários quanto como secundários sobre a dinâmica produtiva e a gestão do território, como o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), relatórios de pesquisa e cartografia social. De acordo com Bryman (2016), os dados secundários desempenham um papel crucial ao fornecer uma visão inicial por meio da análise de documentos históricos, fotografias, registros oficiais e pesquisas anteriores, entre outros.

Figura 03: diálogo com família da comunidade do Igarapé Vilar.



Fonte: Azevedo (2023).

A imersão em campo ocorreu durante cinco dias, com visitas previamente estabelecidas a famílias de agroextrativistas, considerando sua participação em organizações sociais, seus conhecimentos sobre a história do território e sobre as práticas produtivas que desenvolvem cotidianamente “a fim de identificar as distintas formas de exploração e manejo dos recursos naturais referentes às atividades produtivas e suas condições ecológicas (Garcia Filho 1999, p.18). As visitas tiveram início no dia

12 de agosto de 2022, ao todo foram realizadas cinco conversas com famílias Agroextrativistas.

### **Resultados e discussões**

Na Ilha Xingu o diálogo com um agroextrativista que tem como atividade de maior ênfase o extrativismo do açáí exige um momento diferente do agroextrativista que tem maior dedicação à pesca. No primeiro caso existe maior chance de diálogo com o agroextrativista em sua moradia no período de maré lançante que a água entra na várzea e no segundo caso essa possibilidade se dá no período do dia que a água está meia maré de enchente, com exceção dos dias de tapecuema. Saber desses processos internos contribuiu para adequar o momento da pesquisa a disponibilidade dos agroextrativistas.

Os Agroextrativistas caracterizam o território da Ilha Xingu baseando-se nas formas de uso e nas características topográficas, apontando que a ocupação da Ilha Xingu ocorre na margem da Ilha e na margem de rios e igarapés. Nos diálogos os Agroextrativistas identificaram seis zonas de uso da sociobiodiversidade que foram adotadas para este estudo. Partindo do centro da Ilha para a margem, as zonas identificadas são: (i) Lagos; (ii) a Terra Firme com subzona Beira da Terra Firme, (iii) Várzea; (iv) Igarapés, (v) Beira da Ilha com subzonas Beira da Praia e Beira do Rio e (vi)Pesqueiros.

Figura 04: As zonas da paisagem na Ilha Xingu.





Fonte: Azevedo (2023). Legenda: Lagos (polígonos de cor azul); Beira da Terra Firme (polígono de cor vermelha); Igarapés (linhas de cor amarela); Beira da Ilha (linha contínua de cor branca); distribuição das residências (símbolo), Baía do Marajó (a); Furo do Capim (b); Baía do Capim (c); pesqueiros (números).

A zona de lagos é constituída por três lagos, o Piri Grande, o Piri Médio e o Piri Pequeno. Como mostra o quadro a seguir.

Quadro 01: Características dos Lagos da Ilha Xingu

LAGOS	ÁREA	PERÍMETRO
Piri Grande	40 hectares	5,45 quilômetros
Piri Médio	10,1 hectares	1,44 quilômetros
Piri de Baixo	4,62 hectares	1,1 quilômetros

Fonte: organizado pelo autor (2024).

Em diálogo com o Senhor Dil Maiko, ele comentou que o lago Piri Grande possui poços de até dois metros de profundidade e que o Piri do Meio está entre o Piri Grande e o Piri de Baixo, próximo ao Igarapé Vilar e nestes lagos são utilizadas para captura de peixe rede plástica com malheiro 0,35 x 0,35 com até 30 metros de comprimento e rede de nylon com 5 metros utilizada para lançar. Algumas marés lançantes chegam até o Piri Grande pelos Igarapés Vilar, Moju e São José. O quadro a seguir apresenta as espécies de peixes e outros animais que podem ser identificados nos três lagos.

Quadro 02: espécies existentes no Piri Grande que podem ser capturadas

ESPÉCIE	NOME CIENTÍFICO	ESPÉCIE	NOME CIENTÍFICO
Jiju	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	Aracu	<i>Leporinus friderici</i>

Pratinha	<i>Metynnis Maculatus</i>	Curimatá	<i>Prochilodus lineatus</i>
Acará	<i>Pterophyllum</i>	Acará Roxo	<i>Geophagus brasiliensis</i>
Caratipioca	<i>Psectrogaster amazônica</i>	Charruque	<i>Parauchenipterus galeatus</i>
Uéua	<i>Acestrorhamphus falcatus</i>	Tarieira	<i>Hoplias malabaricus</i>
Matupiri	<i>Poptella compressa</i>	Jacarétinga	Caiman crocodilos
Sarapó	<i>Gymnotus carapo</i>	Jacaré-açu	Melanosuchus niger
Jacundá	<i>Prochilodus lineatus</i>	Puraquê	Electrophorus electricus
Piranha	<i>Pygocentrus nattereri</i>	Perema	Rhinoclemmys punctularia
Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>	Tartaruga	Chelonioidea
Sucuri	<i>Eunectes</i>		

Fonte: Adaptado de Azevedo (2023).

O período de pesca nesses lagos vai de agosto a novembro. Esses lagos são de uso comum de todas as comunidades (Rio Xingu, Igarapé Areia e Igarapé Vilar) pertencentes a Ilha Xingu, esse acesso a partir dessa base de recursos contribui com a segurança alimentar dessas comunidades.

A zona de Terra Firme da Ilha Xingu tem como subzona a Beira da Terra Firme. Da zona de Terra Firme os bens madeireiros de maior uso para construção de casas e barcos são Cupiúba (*Tapirira guianensis*), Bacuri (*Platonia insignis*) (Massaranduba (*Manilkara bidentata*), Quaruba (*Vochysia guianensis*) e Sapucaia (*Lecythis pisonis*). Os bens não madeireiros mais utilizados são o Inajá (*Attalea maripa*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*). Os Agroextrativistas identificam a zona de *Terra Firme* também como uma reserva comunal que pode ser utilizada por todos os moradores para produção de alimentos, caça, retirada de árvores mortas para fazer casas, móveis, barcos, utensílios diários e artesanato.

Existem muitas áreas na zona de Terra Firme com alta densidade de árvores de Bacuri que ao todo atingem aproximadamente setenta mil árvores. O extrativismo do fruto do Bacuri e do tucumã contribui para a renda e alimentação das famílias no período de inverno.

Figura 05: produção de Tucumã e Bacuri na zona de Terra Firme.



Fonte: Dil Maiko (2022).

É consenso entre as famílias que realizam essa atividade que parte da produção deve ser mantida para alimentação de animais da floresta e animais domésticos. A partir do ano de 2020 os moradores do Igarapé Areia iniciaram a comercialização do fruto do Tucumã para a Empresa Natura.

As atividades realizadas na zona de Terra Firme são a roça com cultivo de Mandioca (*Manihot esculenta*), Abacaxi (*Ananas comosus*), Melancia (*Citrullus lanatus*), Jurumum (*Cucurbita moschata*); o extrativismo de Cipó Garaxama (*Bignoniaceae Clytostoma binatum*) Branca e Vermelha para roda de matapi, Cipó Tracuá (*Philodendron acutatum Schot*) e Cipó Muruteteca (*Tetracera willdenowiana Steud.*) para tecer e enliar Matapi; a coleta de Bacuri (*Platonia insignis*) e Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), a criação de Suínos (*Sus scrofa domesticus*) e Galinha (*Gallus gallus domesticus*).

Figura 06: Enchendo de mandioca o tipiti para prensar.



Fonte: Deyvson Azevedo (2022).

A produção de farinha de mandioca é realizada durante o dia. Dependendo do tamanho das roças são necessários muitos dias para produção de farinha. Em média são produzidos 150 quilos de farinha por dia no período de colheita que são destinados tanto para a alimentação das famílias produtoras quanto para o mercado local.

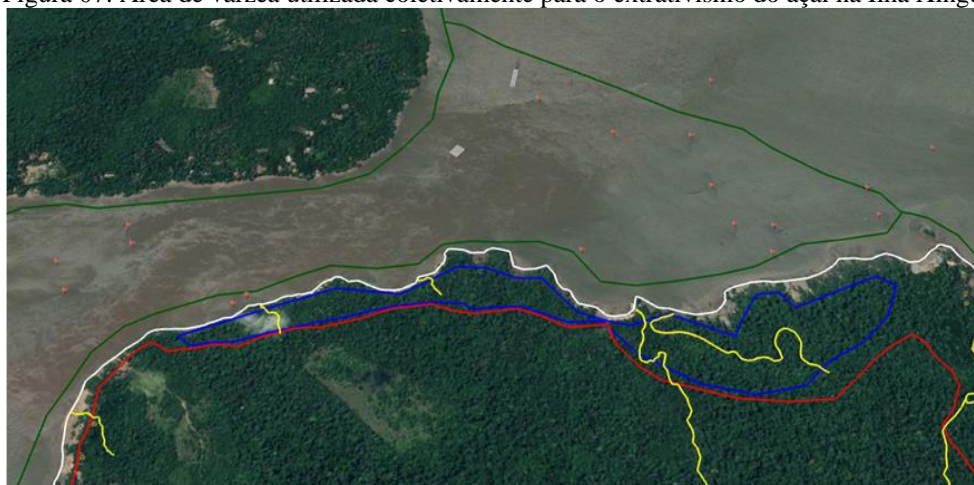
A zona de várzea da Ilha Xingu está localizada entre a zona da Terra Firme e a zona de Pesqueiros, ela é predominante próximo aos Igarapés. As moradias nesta zona são de madeira e/ou alvenaria com estacas devido a ação das marés lançantes que cobrem o solo.

Conforme afirmou seu Carlos, e diálogo em sua residência, nas agroflorestas de várzea os agroextrativistas realizam o extrativismo do açai (*Euterpea Oleracea*), do Miriti (*Mauritia flexuosa*), o cultivo do Cacau (*Theobroma cacao*), do Cupuaçu



(*Theobroma grandiflorum*), cultivam espécies medicinais como a Babosa (*Aloe vera*), a Erva cidreira (*Kyllinga odorata*), o Capim Marinho (*Cymbopogon citratus*), a Canela (*Cinnamomum zeylanicum Blume*), o Hortelã (*Mentha piperita*), o Jucá (*Caesalpinia ferrea*), entre outros. O agroextrativismo do açaí representa maior produção da várzea da Ilha Xingu, essa atividade sofreu expansão por ser de grande procura no mercado internacional.

Figura 07: Área de várzea utilizada coletivamente para o extrativismo do açaí na Ilha Xingu.



Fonte: Organizado pelo autor (2022). Legenda: área de várzea (polígono de cor azul).

Apesar do extrativismo do açaí ser de uso individual das famílias ou grupo de famílias que são parentes e moram juntas ou próximas umas das outras, na várzea entre a subzona Beira da Praia no Furo do Capim e a Beira da Terra Firme existe uma área de várzea medindo 18,7 hectares que predomina o extrativismo coletivo do açaí.

Na Várzea os agroextrativistas realizam ainda a criação de animais como Suínos (*Sus scrofa domesticus*), Peru (*Meleagris gallopavo*), Galinhas (*Gallus gallus domesticus*), Galinha da Angola (*Numida meleagris*), Pato (*Anas platyrhynchos*) para se alimentar, partilhar com vizinhos e para vender. As atividades realizadas na várzea são condicionadas por uma íntima relação com as marés. O período de desbaste e capina dos açazais, poda de árvores, criação de animais são adaptados a uma condição ecológica da várzea que orienta momentos específicos de cada uma dessas atividades.

Entre as áreas de Várzea ocorre a zona de Igarapés, ela é formada por treze igarapés (Igarapé Samuuma, Igarapé São José, Igarapé Defuntinho, Igarapé da Serraria, Igarapé Urucurí Grande, Igarapé Urucurí Zinho, Igarapé Areia, Igarapé Vilar, Igarapé Moju, Igarapé Pacoval, Igarapé Aningal, Igarapé Cacaíandea, Igarapé Mavaléria e Igarapé Castanhal). Esses espaços são utilizados para deslocamento de embarcações, pesca, banho dos Agroextrativistas e captação de água para lavar roupas e processar alimentos. Na pesca em Igarapés as espécies de maior captura são Aracu (*Leporinus*

friderici), Pescada (*Cynoscion leiarchus*), Tucunaré (*Cichla spp.*) e Camarão (*Litopenaeus schmitti*). Nas pescas praticadas nos igarapés os instrumentos de pesca utilizados são a rede plástica, a linha de mão, o caniço, o matapi e a mocooca.

A zona da Beira da Ilha é formada por duas subzonas a Beira da Praia e a Beira do Rio. A subzona Beira da Praia é confinante a Baía do Marajó, Furo do Capim e Baía do Capim e a subzona Beira do Rio é confinante a Ilha Caripetuba pelos Rio Xingu e Rio Xinguzinho, confinante a Ilha Urubuéua pelo Rio Urubuéua e confinante a Ilha Assucu pelo Rio Assacu.

Na subzona Beira da Praia existem três praias de areia e pedra e uma de Mangue, todas confinantes a Baía do Marajó, três praias de areia e uma de mangue confinantes ao Furo do Capim, uma praia de barro e pedra, duas praias de areia e uma praia de mangue confinantes a Baía do Capim. Nesta zona são capturados o Tucunaré (*Cichla spp.*), o Mapará (*Hypophthalmus edentatus*), o Tambaqui (*Colossoma macropomum*), a Tainha (*Mugil brasiliensis*) e o Camarão (*Litopenaeus schmitti*).

A zona de Pesqueiro é formada por três subzonas, Pesqueiros da Baía do Marajó, Pesqueiros do Furo do Capim e Pesqueiros da Baía do Capim. Cada pesqueiro possui características específicas de solo (barro, pedra e areia), profundidade (seco, raso, profundo e boiado), corrente da água (rebujo, remanso, correnteza e maré parada) e a distância da Ilha Xingu (na beira, perto da beira e fora).

O Senhor Osvaldo, agroextrativista que faz da pesca sua atividade de maior relevância econômica, aponta que nos pesqueiros que utiliza tem percebido o desaparecimento de algumas espécies de peixe. Ele aponta que os eventos de impactos ambientais de derramamentos de resíduos da bacia de rejeitos da empresa Hidro e o naufrágio do navio Haidar em 2015 no porto de Vila do Conde em Barcarena, resultaram no desaparecimento ou na diminuição de algumas espécies de peixes.

Nos pesqueiros, as espécie de peixe com maior captura são dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), mapará (*Hypophthalmus edentatus*), pescada (*Cynoscion leiarchus*), piaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), sarda (*Sarda sarda*), tainha (*Mugil brasiliensis*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*).

Na subzona Pesqueiros da Baía do Marajó existem três níveis de pesqueiros, os pesqueiros próximos da beira, os pesqueiros do canal e os pesqueiros na Croa de Areia. De acordo com o Senhor Dil Maiko, a pesca próximo da Beira da Ilha exige barcos, rabetas e canos menores por existir pouco vento e pouca maresia, os pesqueiros do canal

estão situados logo após os pesqueiros da beira e os pesqueiros da Croa são mais distantes, esses últimos exigem barcos, canoas e rabetas maiores. O Canal é uma região de maior profundidade que se estende da Ilha Assacu até o Furo do Capim, a Croa de Areia é uma área de menor profundidade que se estende defronte da Ilha Assacú até o Farol da Ilha do Capim.

Nesses diálogos foram identificados 23 pesqueiros na subzona Pesqueiros da Baía do Marajó, desse total 9 Pesqueiros estão na Beira, 7 pesqueiros estão situados no Canal e 7 pesqueiros na Croa. Na subzona Pesqueiros do Furo do Capim os pesqueiros são utilizados tanto por agroextrativistas da Ilha do Capim quanto da Ilha Xingu, o Furo do Capim na sua região mais estreita, apresenta 550 metros de largura e todas as entradas apresentam mais áreas rasas do que áreas profundas, ficando descobertas nas marés lançantes. Esta área foi identificada como croas (pedrais) que constituem tantos pesqueiros que forma uma zona de pesca. Foram identificados nesta subzona 21 pesqueiros. Alguns desses pesqueiros foram passados entre duas ou três gerações da mesma família, identificados como pesqueiros com uso superior a cem anos. Na subzona Pesqueiros da Baía do Capim foram identificados pelos agroextrativistas da Ilha Xingu 12 pesqueiros.

Quadro 03: pesqueiros identificados em todas as zonas de pesca.

Pesqueiros da Baía do Marajó			Pesqueiros do Furo do Capim		Pesqueiros da Baía do Capim	
	Nº	Pesqueiros	Nº	Pesqueiros	Nº	Pesqueiros
Pesqueiros da Beira	1	Pesqueiro do Escapole	24	Pesqueiro da Ponta da Pedra ou Croa Grande	45	Pesqueiro da Pedra do Xingu
	2	Pesqueiro do Gatinho	25	Pesqueiro do Pateta	46	Pesqueiro do Canal da Pedra do Xingu
	3	Pesqueiro da Croíinha	26	Pesqueiro Três Paus	47	Pesqueiro do Canal do São José
	4	Pesqueiro do Maui	27	Pesqueiro da Croíinha	48	Pesqueiro do Canal da Croa Grande
	5	Pesqueiro do Poço da Preguiça	28	Pesqueiro do Araru	49	Pesqueiro do Canal da Gilóca
	6	Pesqueiro da Ponta do Oroboroca	29	Pesqueiro da Croa da Paca	50	Pesqueiro do Canal do Caripetuba
	7	Pesqueiro da Pontinha	30	Pesqueiro do Furo	51	Pesqueiro d Siripana defronte do Caripetuba
	8	Pesqueiro do Bico do Purupuacá	31	Pesqueiro do Zidório	52	Pesqueiro da Siripana defronte do Tauerá zinho
	9	Pesqueiro do Mangueirinho	32	Pesqueiro do Beco	53	Pesqueiro da Siripana defronte do Tauerá grande
Pesqueiros do Canal	10	Pesqueiro do Canal do Assacu	33	Pesqueiro da Croa do Furo	54	Pesqueiro da Siripana defronte do Guajará de Beja
	11	Pesqueiro do Canal do Aninga	34	Pesqueiro do Tacho	55	Pesqueiro de Plumo de Fora

	12	Pesqueiro do Canal do Vilar	35	Pesqueiro do Poção	56	Pesqueiro de Plumo do Meio
	13	Pesqueiro do Canal do Purupuacá	36	Pesqueiro do Júlio		
	14	Pesqueiro da Croa da Dona Rosa	37	Pesqueiro da Boia		
	15	Pesqueiro do Canal do Areia	38	Pesqueiro do Mundico		
	16	Pesqueiro do Canal da Boca do Furo	39	Pesqueiro do Rodrigues		
Pesqueiros da Croa	17	Pesqueiro da Croa do Assacu	40	Pesqueiro do Rebujo		
	18	Pesqueiro da Croa do Purupuacá	41	Pesqueiro do Pato		
	19	Pesqueiro da Croa da Dona Rosa	42	Pesqueiro de Estaque		
	20	Pesqueiro da Croa do Furo	43	Pesqueiro da Balsa		
	21	Pesqueiro da Croa do Caiana	44	Pesqueiro da Correnteza		
	22	Pesqueiro da Croa do Caratateua				
	23	Pesqueiro da Croa do Farol				

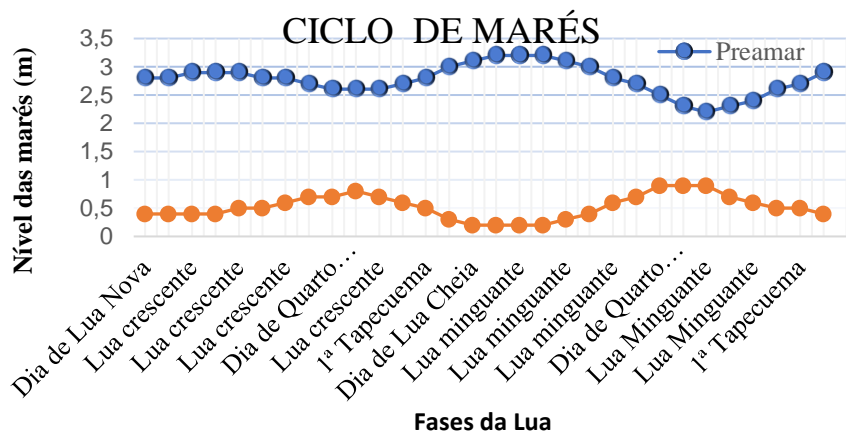
Fonte: adaptado de Azevedo (2023).

Nas três subzonas de Pesqueiros foram identificados 56 pesqueiros, entretanto, os agroextrativistas apontam que são mais de mil Pesqueiros, pois, novos pesqueiros são identificados e alguns não possuem nome que faça referência a esse pesqueiro, outros são utilizados apenas quando existe migração de algumas espécies de peixes, logo não são nomeados. Entre os Pesqueiros identificados nas três subzonas, 15 já foram identificados na Nova Cartografia Social da Ilha do Capim realizada no ano de 2018, ao todo neste Boletim Informativo foram identificados 31 Pesqueiros.

Segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015) os saberes tradicionais se baseiam na complexa inter-relação entre as crenças(kosmos), os conhecimentos(corpus) e as práticas(práxis). Nesse sentido os agroextrativistas realizam diversos tipos de pesca considerando período do ano, lua, maré e vento e locais mais indicados. Cada tipo de pesca possui subcategorias que dependem dos locais de pesca, da maré e do tipo de peixe a ser capturado. A atividade de pesca sofre influência de muitos fenômenos da natureza, os principais são as mudanças de fase da lua, as mudanças da maré, os ventos e a cor (turbidez) da água.

A figura a seguir mostra como os agroextrativistas compreendem um ciclo completo de marés de baixa mar e preamar que orientam os períodos de pesca.

Figura 08: relação entre as fases da lua e o ciclo das marés.



Fonte: Azevedo (2022).

A lua mantém um ciclo de fases que por conseguinte interfere na dinâmica e mudança de maré para a atividade da pesca. O período de dois dias antes de lua cheia e dois dias antes de lua nova são chamados de primeira e segunda tapeçuema, esses dias são muito importantes para os diversos tipos de pesca realizadas na Baías do Marajó, Baía do Capim e Furo do Capim. O momento final de aumento da maré lançante é chamado de cabeça da maré e marca uma mudança de dinâmica do fluxo das águas denominado localmente de quebra (Azevedo, 2018, p.59).

A cabeça d'água ou cabeça da maré ocorre dois dias depois de lua cheia quando a água fica preamar duas horas da tarde, esse período é bom para pesca de espinhel, pesca de rede na beira, pesca de linha de mão e pesca de matapí durante três a quatro dias, nesse período da maré diminui o vento e a maresia, pois a água está caminhando para a maré morta.

Segundo Azevedo (2019) a quebra é o fenômeno de passagem da maré lançante para a maré morta, depois que ocorre a quebra, ou seja, o volume do fluxo diário das águas diminui a cada dia e a redução constante do volume de água nos fluxos de maré morta implica na diminuição da altura atingida e por isso o fluxo das águas não ultrapassa a altura da superfície da várzea.

Quadro 04: Tipos e dinâmicas das marés.

TIPO DE MARÉ	LUA	DIREÇÃO DA MARÉ	FASES INTERMEDIÁRIAS	VELOCIDADE
Lançante	Lua cheia e Lua nova	Enchente	Repona	Progressivamente alta
			Meia maré de enchente	
		Preamar		
		Vazante	Dobra	Progressivamente baixa
Meia maré de vazante				
Seca ou baixa mar				
Morta	Quarto crescente e quarto	Enchente	Repona	Progressivamente alta
			Meia maré de enchente	



	minguante		Preamar	Progressivamente baixa
		Vazante	Dobra	
	Meia maré de vazante			
	Seca ou baixa mar			

Fonte: Adaptado de Azevedo (2018).

A enchente da maré é o aumento progressivo de seu volume e a vazante da maré é a mudança de direção e diminuição progressiva do seu volume. A enchente e a vazante sofrem mudanças de até quarenta e cinco minutos. Uma enchente da maré ocorre em um período médio de cinco horas e a vazante da maré atinge uma média de sete horas de duração até atingir a baixa mar.

Na baixa mar a água passa um período estagnada, esse momento é conhecido como reponta da maré, após esse período ela começa a apresentar características de enchente, após duas horas e meia aproximadamente a enchente da maré, ocorre a meia maré de enchente, com mais duas horas e meia ocorre a preamar, esta etapa da maré consiste em sua estagnação no nível máximo. Após a preamar a maré começa a apresentar indícios de que vai diminuir seu volume, esta fase é descrita pelos agroextrativistas como dobra da maré, só após esta fase que inicia a vazante que é o recuo da maré e a diminuição de seu volume. Após três horas e meia aproximadamente de vazante ocorre a meia maré de vazante, chegando em seguida novamente a maré seca ou baixa mar.

Assim como a maré, o vento é outro fenômeno da natureza que influencia na pesca e o transporte local. A dinâmica do vento varia segundo os períodos do ano.

Quadro 05: classificação do vento construída pelos agroextrativistas.

PERÍODO DO ANO	TIPO DE VENTO	DIREÇÃO	INTENSIDADE	PERIGO
Janeiro a abril (inverno forte)	Norte;	Vem do Norte	Brabo, intenso	Muito perigoso
	Terrar;	Vem do Sul	Brando	Não é perigoso
	Ponteiro;	Vem de próximo do leste (leste-sudeste)	Forte, de Refega	Pouco perigoso
	Gerar	Vem do Nordeste	Brabo, intenso, constante	Muito Perigoso
	De Cima	Vem do Oeste	Brando	Não é perigoso
Maio e junho	Terrar	Vem do Sul	Brando	Não é perigoso
Julho a dezembro	Ponteiro	Vem de próximo do leste (leste-sudeste)	Forte, De Refega	Pouco perigoso
	Gerar	Vem do Nordeste	Brabo, intenso, constante	Muito Perigoso

Fonte: adaptado de Azevedo (2018)

O vento Ponteiro apresenta predominância na madrugada e parte da manhã, surge em refegas e isso faz esse vento ser manso e de pouca maresia. Esses ventos começam em julho e terminam em dezembro. O Gerar ocorre na parte da tarde, esse vento tem a característica de ser intenso e constante e produz grandes maresias. É possível identificar esse vento a noite olhando para as estrelas ao diminuir e aumentar a intensidade da luz refletida.

De janeiro a abril, período de maior intensidade do inverno nesta região, ocorre os ventos Norte, Terrar, Ponteiro, Gerar e De cima. Apesar de cada tipo de vento possuir direções distintas, a ocorrência desses ventos de forma intercalada faz parecer que o vento surge de todas as direções. Os ventos Norte e Gerar são os mais perigosos para a realização da pesca nas Baías do Marajó e Baía do Capim.

Os conhecimentos sobre a floresta, a maré, o vento, tecnologias sociais, constituem a sociobiodiversidade da Ilha Xingu que garantiu aos agroextrativistas desse território soberania alimentar e nutricional e distanciamento dos meios urbanos no período da pandemia do Covid 19 devido integrarem conhecimentos territoriais que se consolidam a partir dos saberes construídos na experiência do agroextrativismo da sociobiodiversidade e no conhecimento dos astros.

Estes conhecimentos são constantemente reinterpretados pelo grupo social que produz tecnologias adaptadas as necessidades coletivas e ao sistema ecológico do território práticas e técnicas de pesca (birro, mocooca), caça (mutá, varrida) e outras que se constituem no dia a dia dos agroextrativistas da Ilha Xingu.

## **Conclusão**

O reconhecimento dos conhecimentos constituídos pelos Agroextrativistas da Ilha Xingu a partir de uma relação harmoniosa que constitui a sociobiodiversidade deste território, possui significativa relevância para a criação de soluções adaptativas aos desafios provocados por perspectivas de interesses e pelas mudanças climáticas.

As formas de atuação dos dispositivos institucionais de licenciamento ambiental para atender interesses de projetos portuários, mineradores e hidrelétricos desconsideram a autonomia das comunidades ribeirinhas agroextrativistas, omitem suas formas de organização, seus conhecimentos, sua cultura e desvalorizam suas práticas como forma de apropriação indevida de seus territórios. Identificar as relações socioecológicas vigentes e os diversos mecanismos de autogestão possibilita a esses

povos instrumentos para disputar espaço entre valores de oportunismo que pretendem se estabelecer e valores de justiça dignidade presentes neste território.

Vale ressaltar que a imersão e participação a partir do método adotado permitiu uma compreensão rica e contextualizada da diversidade de conhecimentos produzidos pelos Agroextrativistas desse território.

## Referências

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Desenvolvimento entrópico e a alternativa da diversidade. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 10, n. 1, 2016.

AZEVEDO, Deyvson Pereira. **(DES) - VALORIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES**: diferenças críticas acerca do desenvolvimento. 2023. 139 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável: Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

AZEVEDO, Hueliton Pereira. **Transição agroecológica: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.

BRYMAN, Alan. **Métodos de Pesquisa Social**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

COELHO de SOUZA, G. 2012. Verbetes Agrobiodiversidade, Agroecologia, Agrofloresta, Etnoconservação, Gestão da Biodiversidade, Sociobiodiversidade, in **Dicionário Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: NUPEEA.

COSTA, Francisco de Assis; FERNANDES, Danilo Araújo. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, p. 517-518, 2016.

DIEGUES, A. C. S. **O reconhecimento do conceito de sociobiodiversidade**. Youtube, 23/08/2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=gxzNetRw26E>>

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico**: diagnóstico de sistemas agrários. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>. Acesso em: 02 junho de 2024.

LEROY, Jean Pierre. **Mercado ou bens comuns**. O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro, RJ: Fase, 2016.

MATURANA, H. R. **A ontologia da realidade**. Org. Humberto Maturana; Cristina Magro; Miriam Graciano e Nelson Vaz. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

OSTROM, E. *Understanding institutional diversity* Princeton: Princeton University Press, 2005. 355 p.

OSTROM, Elinor - **Governing the commons**. Cambridge University Press: New York, 1990.

SATO, L., SOUZA, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. **Psicologia USP**, 12 (2), 29-47.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Tradução de Rosa L. Peralta. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular.2015. 272 p.